

**POLÍTICAS PÚBLICAS, EDUCAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL: QUALIFICAÇÃO, INSERÇÃO
PRODUTIVA E SOCIAL NO BRASIL**

***PUBLIC POLITICS, EDUCATION AND DIGITAL INCLUSION: QUALIFICATION, AND
PRODUCTIVE SOCIAL INSERTION IN BRAZIL***

LISIMERE CORDEIRO DO VALE XAVIER

Mestranda em Planejamento e Políticas Públicas – UECE; Especialista em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa – UECE; Graduada Plena em Pedagogia e Letras – UECE; Professora de Educação Básica da Rede Pública Estadual e Municipal do Estado do Ceará.

ANTONIO ROBERTO XAVIER

Doutorando em Educação – UFC; Mestre em Políticas Públicas e Sociedade – UECE; Mestre em Planejamento e Políticas Públicas – UECE; Especialista em História e Sociologia – URCA; Graduado Pleno em História – UECE; Professor dos Cursos de Graduação e Especialização da UVA- IDECC, IDJ; IESC, das Faculdades INTA e FVJ.

Resumo

Este artigo tem por escopo principal demonstrar que existe necessidade peculiar com relação à efetivação de uma política pública de inclusão digital voltada para a qualificação e inserção produtiva dos sujeitos sociais nos mais variados programas de educação no Brasil. No primeiro momento de abordagem, o objeto de estudo foi apresentado de forma sucinta e convidativa para que o leitor despertasse para uma análise mais acurada sobre o assunto. No segundo momento, a abordagem girou em torno da realidade atual concernente ao célere estágio evolutivo da ciência e da tecnologia. Nesse sentido, procurou-se explicitar que urge a necessidade de uma política pública digital de qualificação e inserção para que as pessoas, indiferentemente de poder aquisitivo, idade ou nível intelectual possam desenvolver as habilidades e competências necessárias ao mundo digital. Por último, foi reforçada a ideia de que o interesse pela pessoa humana deve ser insubstituível, de modo que os valores dos sujeitos sociais sejam sempre mais importantes do que o fetiche pela máquina fria, sem cérebro e sem coração.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas. Inclusão Digital. Inserção Social

Abstract

This article's main purpose to show that there is a need peculiar about the realization of a digital inclusion public policy toward the qualification and production of social subjects in a variety of education programs in Brazil. At first approach, the object of study was presented in a succinct and inviting the reader to awaken to a more accurate analysis on the subject. In the second phase, the approach has revolved around the current situation concerning the rapid evolutionary stage of science and technology. In this sense, it was clear that there is an urgent need for a public policy skills and digital insertion for people, regardless of purchasing power, age or intellectual level can develop the skills and competencies required for the digital world. Finally, developing the idea that interest in the human person must be irreplaceable, so that the values of social subjects are always more important than the fetish for cold engine, brainless and heartless.

KEYWORDS: Public Politics. Digital Inclusion. Social Insertion

Introdução

O presente artigo discute sucintamente a questão das Políticas Públicas de Inclusão Digital no Âmbito da Qualificação e Inserção Produtiva no Brasil. Considera-se os programas, projetos e ações que de maneira direta ou indireta empreendem no campo da inserção produtiva, tendo-se em vista a inclusão digital como forma de acesso ao conhecimento e inserção dos sujeitos na sociedade da informação.

Neste artigo a abordagem gira no entorno da relevância da inclusão digital enquanto pressuposto básico indispensável à qualificação e a inserção produtiva. Discute-se o que se faz necessário para que o indivíduo participe do processo de inclusão digital tendo-se em vista como se dá a democratização, o acesso e a apropriação às tecnologias na sociedade da informação.

Sabe-se que as inovações tecnológicas no mundo contemporâneo condicionam novas formas de desigualdade e exclusão, pois os meios de produção em mãos dos empresários realizaram-se de forma coercitiva e bastante violenta para que o capital neoliberal se impusesse sobre tudo e sobre todos e as empresas se apropriassem de todos os bens materiais de produção, como: a terra, e todo o aparato tecnológico que permeia os meios e os modos de produção. O excedente populacional nas cidades incondicionalmente submete-se ao trabalho coercitivo, pois a luta pela subsistência condiciona o homem e se sobrepõe as demais em caso de conflito, sendo que os valores materiais de um modo ou de outro superam sempre os valores intelectuais culturais.

Revolução Tecnológica no Debate Atual

A tecnologia é sem dúvida o pressuposto básico do modo de produção capitalista e esta, por sua vez, acentua veementemente o domínio sobre os indivíduos, pois não são instâncias neutras, mas sim,

ferramentas que debilitam as resistências dos sujeitos na sociedade de controle, instituída por um poder disciplinar que segundo Foucault (1986a), corrobora em tipificar a estrutura de biopoder que tem como intuito vigiar e punir os cidadãos:

A tecnologia da informação é uma inteligência social coletiva com a qual interagimos. Neste sentido, o uso das novas tecnologias da informação tem efeito não apenas sobre algumas tarefas, mas sobre o modo de pensar, de conhecer, de aprender o mundo (BAUMGARTEM; TEIXEIRA; LIMA, 2007, p.417).

Não se pode ignorar que há uma revolução em curso, pois os desdobramentos das transformações tecnológicas, sobretudo as informacionais, são percebidas através da aceleração e instantaneidade de como as novas tecnologias se inscrevem na percepção do espaço/tempo, imprimindo no tecido social, novas formas de deslocamentos socioeconômico e sociocultural na apropriação do saber. “[...] a informação computadorizada está conquistando cada vez mais um espaço de significação reflexiva pela sua potencialidade mediadora diante da realidade e, inclusive, na construção do próprio saber” (BAUMGARTEM; TEIXEIRA; LIMA, 2007, p.426). Essa revolução definida pela tríade economia-tecnologia-telecomunicação implementada pela geopolítica de uma sociedade global exige capacitação constante dos sujeitos que precisam manusear os recursos tecnológicos (CASTEL, 2003; IANNI, 2002).

Sabe-se que a sociedade moderna exige que se domine os aparatos tecnológicos sob pena de se ficar à margem do processo produtivo e se enxertar a soma dos “supranumerários”, pois a sociedade cibercultural demanda incessantemente uma maior produção de trabalhos com maior aproveitamento do tempo. Esta relação paradigmática responde aos imperativos da sociedade pós-moderna que se constitui baseada nos princípios da “nova ordem mundial” que zela primordialmente pelos interesses e propósitos do projeto político econômico neoliberal

que impõe seus domínios além-mar e transcende as barreiras do ciberespaço e da cibercultura.

Educação e Inclusão Digital

No campo do desenvolvimento a inclusão digital promove à apropriação do conhecimento, o desenvolvimento de competências e habilidades que objetivamente definem a qualificação e a inserção dos sujeitos no mundo produtivo. Efetivamente esses pressupostos viabilizam a construção dos suportes necessários para que as arquiteturas sociais sejam edificadas de modo austero. Com efeito, entende-se que deste modo são articulados e empreendidos os instrumentos e mecanismos que provocam o desenvolvimento dos sujeitos sociais na política, na economia e muito especialmente na educação que de um modo ou de outro ressignifica e empreende nas prerrogativas do Estado, do mercado e da sociedade.

A visão conservadora de sociedade, educação e práticas pedagógicas nas escolas, expressa por Durkeim (1978) estão também de acordo com as ideias de Mannheim, para quem a sociedade capitalista não precisa ser substituída, apenas necessita ser bem planejados os seus modos de vida (apud MEKSENAS, 1988).

Todavia, analisando o funcionamento do sistema educacional na França, Bourdieu (1978), concluiu que, em vez de ter uma função transformadora, o sistema educacional reproduz e reforça as desigualdades sociais. Porém, não se pode perder de vista o pensamento de Marx (1976), onde sua visão é de que a escola não deve funcionar como aparelho ideológico do estado neoliberal, nem deve transmitir ideologias de reprodução de interesses da classe empresarial, pois isso só ajuda a classe burguesa a manter seu poder e domínio sobre a classe trabalhadora.

Não se pode alimentar essas ideias conservadoras de sociedade, educação e práticas pedagógicas, muito embora, as novas tecnologias

proporcionem a criação de instrumentos que permitem eclodir mais ainda essas diferenças, já que podem contribuir mais ainda com o poder constituído e suas subjetividades oportunas de quem a conduz. É preciso pensar que, proporcionalmente, as novas tecnologias podem e devem ser corporificadas de forma crítica e criadora, arquitetando sempre o novo, tanto no espaço virtual, tanto no espaço real, ou seja, nos extramuros do controle tecnológico:

A informação re-significada pela nova mídia reflexiva digital apresenta-se cada vez mais, como um resultado de pasteurização do mundo realizada por mediações de estruturas semi-reflexivas, o que gera, também progressivamente, uma complexa sintetização digital da realidade. Um desafio cada vez maior sobre nossa capacidade analítica para continuarmos no difícil caminho da qualidade complexa da produção do conhecimento sociológico é aprender a escapar dos atalhos “facilitadores” oferecidos pelo determinismo tecnológico e, também, do embotamento movido pela cegueira conservadora que vê na tecnologia um inimigo (BAUMGARTEM; TEIXEIRA; LIMA, 2007, p.426, grifo dos autores).

Portanto, pensa-se o processo educacional não somente no âmbito da transmissão sistemática de conhecimento, mas pensa-se a educação de forma integrada e, considerando esse âmago, procura-se reconstruir os parâmetros e os valores que permeiam e embasam a educação no contexto do diverso, do plural, tendo-se em vista a formação de sujeitos críticos que possam ampliar e conquistar a sua cidadania na interação solidária.

Considera-se, que desse modo, o sujeito reconhece-se, identifica-se e contrapõe-se amplamente com o outro à medida que o outro lhe permite o acesso pleno a cultura material e imaterial. Esse imbricamento educacional, político, econômico e social permite que os sujeitos sociais gerem e qualifiquem suas relações num contexto de valores e virtudes que devem enriquecer a rede das correlações econômicas e culturais, posto que essas são sempre mediadas pela razão produtiva.

Políticas Públicas, Inclusão Digital, Educação e Inserção Social no Brasil

Abordando de forma genérica sobre as políticas públicas no Brasil parte-se do pressuposto de que elas estão incluídas nos direitos fundamentais, universais e inalienáveis e que é dever do Estado programá-las e efetivá-las como ferramentas indispensáveis e estratégicas para a garantia da qualidade da formação geral do indivíduo. Nessa perspectiva, a educação se insere contextualmente no âmbito dessas políticas públicas a partir do diploma legal maior.

O art. 205 (*caput*) da Constituição Federal – CF (1988) estabelece: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho [...]”. Em sequência, o art. 218 (*caput*), Capítulo IV, Da Ciência e Tecnologia, prever que o maior responsável pela pesquisa e capacitação tecnológica visando a produção de bens para resolver os problemas brasileiros regional e nacionalmente é o Estado. “§ 2º. A pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional”.

Infelizmente, observa-se que e as políticas públicas no âmbito da inclusão digital nas escolas brasileiras não conseguem acompanhar a demanda socioeducativa, a qualificação, a inserção produtiva e a inserção social. Essa realidade deve-se a várias razões, especificamente ao passado histórico de exploração e de dependência econômica às nações de economias desenvolvidas. Nesse sentido, ao se considerar o tempo atual como um período “técnico-científico-informacional” (ELIAS, 2006, p.115), percebe-se que o Brasil padece de um atraso de inserção produtiva intenso por falta de um desenvolvimento científico e tecnológico profundo.

Não somente o Brasil, mas todos aqueles territórios que foram palco de colonizações expropriadoras e excludentes. Essas nações, con-

sideradas de Terceiro Mundo, não tem conseguido acompanhar o tro-
tear do desenvolvimento tecnológico e produtivo desse novo tempo.
Esses países necessitam de reestruturação, integração e renovação de
suas forças produtivas com os demais que dominam o cenário da eco-
nomia mundial:

Dentre os vetores de promoção e explicação da arquitetura da
globalização, temos um grande processo de reestruturação da
produção e do território de todos os países, especialmente no
grupo de estados historicamente classificados de Terceiro Mundo;
naturalmente, com intensidades e complexidades distintas, para
isto sendo importante a interação do novo com o velho, o poder do
Estado e do mercado, a forma de interação dos novos fatores da
produção com os elementos de estruturação do espaço [...]. Uma
das características desse novo sistema temporal associa-se à possi-
bilidade de incorporação dos procedimentos e métodos científicos
para a realização da produção, fazendo com que a velocidade de
renovação das forças produtivas seja muito mais acelerada do que
em todo o restante da história. Este é um dos principais signos do
atual estado do modo de produção hegemônico do mundo (ELIAS,
2006, p.115).

As possibilidades reais da inclusão digital, qualificação e inserção
produtiva dependem e muito do redimensionamento do ensino-apren-
dizagem com as novas tecnologias. Essa proximidade dos sujeitos não
pode e não deve ser pensada apenas teoricamente, mas deve se tornar
uma política pública efetiva e de direito adquirido no sentido definido
por Bucci:

Por definição, todo direito é política pública, e nisso está a vontade
coletiva da sociedade expressa em normas obrigatórias; e toda
política pública é direito; nisso ela depende das leis e do processo
jurídico para pelo menos algum aspecto da sua existência (apud
XAVIER, 2010, p.94).

A forma como o sistema escolar brasileiro tem ministrado o co-
nhecimento digital não atende as necessidades dos sujeitos aprendizes,

por isso é que se propõe que haja um compromisso e uma integração
entre as várias instâncias que atuam no campo do ensino, tendo-se em
vista que é pelo portal da educação que se fomenta e media as relações
do saber, especialmente o saber tecnológico.

É considerada relevante a necessidade de compreender que in-
serção social e educação não são instâncias estanques. A relação entre
a qualificação e a inserção produtiva no contraponto com a educação
deve ser pensada de forma primordial no que se refere à aplicação na
práxis sócio-educacional. É refletido e considerado que os sistemas pe-
los quais se vive, há muito entraram em crise. A educação é o caminho
pelo qual se pode reconstruir novos saberes, uma nova sociedade, um
novo desenvolvimento, um novo mundo, uma nova humanidade; com
o conhecimento, com a criação, com o imaginário, com o simbólico,
com o expressivo, com o material e o espiritual (DURAND,1998). Esses
elementos se entrelaçam e tecem as teias e redes sociais que podem fa-
zer frente ao poder instituído e ao poder midiático, haja vista que, são
eles que simulam e suprimem as várias formas de expressão que legiti-
mam os fios e veias pelos quais constituem o ser que significa o mundo.

É certo que a educação promove inserção social e por conse-
quência a inserção do sujeito no mundo do trabalho que passa a de-
sempear com muito mais sucesso as competências e habilidades
operacionais demandadas pela sociedade contemporânea no contexto
sócio, político, econômico cultural e educacional. Estas seguem corre-
lacionando-se e se ressignificando no caminho que induz o sujeito a
construir os sentidos que fomentam os papéis sociais nas mais varia-
das circunstâncias e campos do saber.

Entende-se que à medida que o homem domina as novas tecno-
logias ele tem acesso aos bens e valores culturais materiais e imateriais
que são socialmente construídos. Com efeito, os valores e atitudes dos
sujeitos são otimizados à medida que se consolidam e entrelaçam as
políticas públicas de qualificação e inserção produtiva. Para tanto, os

indivíduos necessitam se qualificarrequalificando-se de maneira contínua para estarem incluídos e usufruírem desses bens produzidos:

[...] nos domínios mais avançados da organização do trabalho, inteiramente dominados pelas novas tecnologias (“nova economia”, “net-economia”, “revolução informacional”, etc.). Mas são os setores mais dinâmicos, e as exigências que eles exemplificam também são impostas, numa medida variável, na maioria dos domínios da produção. Em vez de opor formas modernas e formas tradicionais ou arcaicas de organização do trabalho, é preciso antes colocar o acento na ambiguidade profunda deste processo de individualização-descoletivização que atravessa as configurações mais diferentes da organização do trabalho e afeta, ainda que sob formas e graus diversos, praticamente todas as categorias de operadores, do operário especializado ao criador de *start-up* (CASTEL, 2005, p.47, *sic*, grifos do autor).

Desse modo, é que Governo Federal do Brasil passou a investir em ações estratégicas visando a Inclusão Digital como parte da visão de sociedade inclusiva. Em novembro de 2005, o Governo Federal lançou o projeto “Computador para Todos – Projeto Cidadão Conectado”. O projeto tem por meta, sobretudo proporcionar às pessoas de baixa renda e pessoas portadoras de deficiência o acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação o que certamente, também implementam uma política de qualificação e inserção produtiva.

O governo federal lançou o programa “PROINFO INTEGRADO” com o objetivo de atender as demandas tecnológicas de qualificação e inserção que dinamizam o processo produtivo em regime de cooperação e colaboração com a União, Estados, Distrito Federal e os Municípios (MEC/SEAD/PROINFRO INTEGRADO, 2008). Nesse contexto o Estado do Ceará investiu cerca de R\$ 55 milhões desenvolvendo o projeto “Cinturão digital”, o qual tem empreendido na instalação de uma rede de 2.500 quilômetros de fibra ótica que vai iluminar com sinal de internet o interior e a capital do Estado. A meta geral é atender 100%

das escolas estaduais, hospitais, demais instituições de ensino e órgãos de administração pública.

Portanto, é tarefa de todos e de todas que acreditam no direito à educação, inclusão, qualificação e inserção social e produtiva exigir que o Estado efetive políticas públicas de educação com qualidade, não apenas como um simples acesso às escolas, mas também como garantia ao conhecimento científico, inclusive o conhecimento tecnológico, pois, bem se sabe que existe uma relação que vai da ciência à técnica, da técnica à indústria, da indústria à sociedade, da sociedade à ciência (MORIN, 2010). É nessa teia de relações que se imprimem nos sujeitos os caracteres que marcam sua qualificação que a priori também, marcam sua inserção no mundo produtivo.

Postando assim, é necessário fazer uma releitura do significado do conhecimento e das novas formas de apreensão e apropriação desse conhecimento. A aquisição de uma nova linguagem, que decifre a complexidade vigente, convida, instiga e desafia-nos a alcançar os domínios dos saberes múltiplos que norteiam expectativas de novos paradigmas, de uma nova visão de mundo, do homem, da qualificação e da produção humana, numa política de cosmovisão que conjuga os espaços real e virtual no contexto da cibercultura, fazendo surgir novos paradigmas e paradoxos que demandam uma nova forma de qualificação e inserção produtiva mediadas pela cultura digital.

É racional discutir de que forma é possível as pessoas de diferentes níveis intelectuais e de acesso limitado a essas ferramentas tecnológicas possam obter educação inclusiva digital no âmbito da qualificação produtiva como categoria maior, através das políticas públicas de educação inclusiva.

Essa política de qualificação e inserção produtiva deve observar que, a educação inclusiva digital está vinculada ao conceito de sociedade inclusiva, ou seja, aquela que não elege, classifica ou segrega indivíduos, mas, modificam seus ambientes, atitudes e estruturas para tornar-se

acessível a todos. Desse modo, as políticas públicas de educação inclusiva, incluindo aí a digital nos meandros da inserção produtiva estabelecem um novo olhar sobre a igualdade e as diferenças nos sistemas educacionais, alterando o fazer didático-pedagógico, potencializando a capacidade que todos têm de aprender, interagir e participar com compromisso e responsabilidade social no mundo tecnológico-informacional (SEYMOUR, 2002; COSCARELLI & RIBEIRO, 2005; ARAÚJO & BIASI-RODRIGUES, 2005; GANDELMAN, 2007; SILVA, 2008).

Nesse sentido, a impossibilidade de acesso ao mundo tecnológico pode ser considerada uma exclusão, pois, “A exclusão não é uma ausência de relação social, mas um conjunto de relações sociais particulares da sociedade tomada como um todo” (CASTEL, 2003, p.569). São cidadãos globais, apenas aqueles que podem pagar por isso. Sob essa ótica, tem-se a dupla excludência. “A exclusão cultural pela não acessibilidade a nova práxis do conhecimento, e a exclusão econômica – aquele que tem condições faz parte, quem não tem, fica de fora” (SILVA, 2008, p.69).

Pensando-se no Déficit Tecnológico em Educação (DEMO, 1996), o Ministério da Educação em parceria com a Secretaria de Educação a Distância, lançaram o Programa Nacional de Tecnologia Educacional Integrado, instituído pelo Decreto Federal nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007, que postula a integração e articulação de ambientes tecnológicos nas escolas, formação continuada de professores e demais agentes educacionais.

Para esse fim, o Programa disponibiliza conteúdos e recursos educacionais de multimídias digitais. É nesse contexto que surge o Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional – Proinfo Integrado. O Proinfo é um Programa Integrado que congrega os diversos processos formativos, dentre eles o Curso de Introdução à Educação Digital e o Curso de Tecnologias na Educação (MEC/SEED/PROINFO INTEGRADO, 2008). Essa foi uma das medidas oxigenado-

ras ao PROINFO que lançado no Brasil desde 1996 fracassou nas suas justificativas principais de alterar para melhor qualidade as pesquisas e construção dos conhecimentos; trabalhar, construir novas formas de pensar, viver e conviver no mundo atual que demanda sistematicamente uma qualificação que areje continuamente o processo de inclusão e inserção sócio produtivo. Desta forma, o PROINFO ainda acredita e investe na transformação e nas “instituições educacionais e outras corporações” (BRASIL, 1996, p.6).

Um das metas do governo do Brasil através PROINFO é “preparar o indivíduo para uma nova gestão social do conhecimento, apoiada num modelo digital explorado de forma interativa “[...]. E o *locus* ideal para deflagrar um processo dessa natureza é o sistema educacional.” (BRASIL, 1996, p.6) Os objetivos originais do PROINFO visam

1. Melhorar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem [...];
 2. Possibilitar a criação de uma nova ecologia cognitiva nos ambientes escolares mediante incorporação adequada das novas tecnologias da informação pelas escolas [...];
 3. Propiciar uma educação voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico [...];
 4. Educar para uma cidadania global numa sociedade tecnologicamente desenvolvida [...];
- (BRASIL, 1996, p.7).

Com efeito, é preciso continuamente exigir que o Estado efetive políticas públicas de educação com qualidade para a inclusão digital, não apenas como um simples acesso às escolas, mas também como garantia ao conhecimento científico historicamente construído, inclusive o conhecimento tecnológico.

Considerações Finais

Neste breve artigo ficou demonstrada a necessidade de se efetivar políticas públicas para a inclusão digital, a qualificação e a inserção produtiva dos sujeitos sociais no mundo tecnológico contemporâneo. É preciso preparar os sujeitos para o uso dos diversos recursos que são dispostos na

contemporaneidade no sentido de encarar o acelerado desenvolvimento tecnológico que ocorre em razão da grande revolução tecnológica.

As instituições educacionais precisam acompanhar as constantes mudanças dentro do paradigma da modernidade, pois como instituições do saber devem acompanhar a velocidade das mudanças provocadas pelo saber digital proporcionando a seus aprendizes a apropriação e domínio do saber e das ferramentas tecnológicas, haja vista que não se pode negar que a ciência e a tecnologia trouxeram enormes benefícios para a humanidade em todos os campos do saber, da qualificação e da inserção produtiva, embora se saiba que essas ferramentas parecem ser paradoxais por elas mesmas ao passo que em seu sentido frio e pragmático possam desprestigiar a produção humana na sua plenitude.

Assim, o fetiche da máquina não pode e não deve se sobrepor as relações entre os seres humanos e nem tampouco reduzir-se a uma redoma intransponível. A ideia de ser humano não pode ser mecanizada, robotizada ou algo assim. Vale ressaltar que valores como as relações interpessoais, proximidade, afeto, reciprocidade, ética e interesse e valorização do outro devem ser metas procuradas constantemente. O sentido frio e pragmático das tecnologias jamais poderá substituir as relações entre as pessoas. O interesse pelo outro e suas problemáticas devem ser uma meta dentro das instituições de um modo geral e, sobretudo nas públicas. O ser humano não pode perder a razão do relacionamento e da tentativa constante de transformar o meio para a sua melhor condição e utilização.

Referências

ARAÚJO, Júlio César, BIASI-RODRIGUES, Bernadete (Orgs.). *Interação na Internet: novas formas de usar linguagens*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

BAUMGARTEM, Maíra; TEIXEIRA, Alex Niche; LIMA, Gilson. *Sociedade e Conhecimento: tecnologias e desafios para a produção de conhe-*

cimento nas Ciências Sociais. In: *Sociedade e Estado*/Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. v. 22, n. 2, mai./ago./, 2007. BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A Reprodução*. Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino. Lisboa: Veja, 1978.

BRASIL. *Constituição Federal*. Brasília: Senado, 1988.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. *Programa Nacional de Informática na Educação*. Brasília: Cultura/Banco Interamericano de Desenvolvimento, 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. *Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologia Educacional – PROINFO INTEGRADO. Introdução à Educação Digital*. Brasília, abril de 2008.

_____. Decreto Nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007. *Dispõe sobre o Programa Nacional de Tecnologia Educacional – Proinfo*. e dá outras providências.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. *A insegurança social; o que é ser protegido?* Tradução de Lúcia M. Endlich Orth. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CEARÁ. *Cinturão Digital*. Disponível em: <<http://www.ceara.gov.br>> Acesso: 10/jul./2009.

COSCARELLI, Carla Viana; RIBEIRO, Ana Elisa (Orgs.). *Letramento digital: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas*. Belo Horizonte: Ceale, 2005. – (Coleção Linguagem e Educação).

DEMO, Pedro. *Desafios Modernos da Educação*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes: 1996.

DURAND, Gilbert. Paradoxo do imaginário no ocidente. In: *O imaginário: ensaio acerca da ciência e da filosofia da imagem*. Rio de Janeiro: Difel, 1998.

DURKHEIM, Émile. *Educação e sociologia*. 12. ed. – São Paulo: Melhoramentos, 1978.

ELIAS, Denise. Globalização e novos espaços agrícolas no Nordeste brasileiro. In: COSTA, Liduína Farias Almeida; FROTA, Horácio da Silva et. al. (orgs.). *Políticas Públicas e Dinâmicas Institucionais*. Fortaleza: EDUECE, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 26. ed. – São Paulo: Graal Editora, 2008.

GANDELMAN, Henrique. *De Gutenberg à internet: direitos autorais na era digital*. – 5. ed. – Rio de Janeiro: Record, 2007.

IANNI, Otávio. *A sociedade global*. 10. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Lisboa: Editora Presença, 1976.

MEKSENAS, Paulo. *Sociologia da Educação: uma introdução ao estudo da escola no processo de transformação social*. São Paulo: Edições Loyola, 1988.

MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*; tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. – Ed. Revista e modificada pelo autor – 13. ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SEYMOUR, Papert. *A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática*; trad. Sandra Costa. – Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

SILVA, Mozart Linhares da (Orgs.). *Novas tecnologias: educação e sociedade na era da informação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

XAVIER, Antonio Roberto. *Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania: Desafios ao Estado Democrático de Direito no Brasil*. Fortaleza: Impreco, 2009.

ENCAMINHADO PARA PUBLICAÇÃO: 09.06.2011

ACEITO PARA PUBLICAÇÃO: 10.08.2011